DIREITO DO TRABALHO
INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

O Curso de pós-graduação em Direito do Trabalho ora proposto busca ampliar a reflexão de conceitos e práticas fundamentais no que tange ao Direito do Trabalho, o que inclui o enfrentamento dos desafios presentes na família e na sociedade. O Curso de Especialização Direito do Trabalho, na perspectiva democrática, orienta-se, pois, pela afirmação e garantia dos direitos e princípios ofertados e assegurados pela Constituição Federal Brasileira, com qualidade e igualdade social. Assim, os componentes curriculares e a abordagem teórico-metodológica deverão considerar a produção acadêmica de ponta da área, bem como, os fatores externos e internos associados ao Direito do Trabalho e sua ordenação.

OBJETIVO

Prover os participantes de informações técnicas relacionadas aos conceitos e metodologias do Direito Trabalhista com o intuito de favorecer a produção de conhecimentos que possam ser colocados a serviço da comunidade como instrumento de melhoria da qualidade laboral.

METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. É importante salientar que a abordagem pedagógica que valorize a aprendizagem colaborativa depende dos professores e dos gestores da educação, que deverão torna-se sensíveis aos projetos criativos e desafiadores. Fornecerá aos alunos conhecimentos para desenvolver competências que possibilitem o desempenho eficiente e eficaz dessas respectivas funções, na perspectiva da gestão estratégica e empreendedora, de maneira a contribuir com o aumento dos padrões de qualidade da educação e com a concretização da função social da escola.

Código	Disciplina	Carga Horária
74	Ética Profissional	30

APRESENTAÇÃO

Conceitos de ética e moral, sua dimensão nos fundamentos ontológicos na vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Ética profissional na visão social em que vivemos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites na Ética profissional.
- Compreender as concepções e evolução histórica da Ética profissional.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativana Ética profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 01 É A ÉTICA UMA CIÊNCIA? A ÉTICA E A CIDADANIA LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 02 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS A ÉTICA E A EDUCAÇÃO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº. 03 ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04 ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL ESTUDO DE CASOS: ÉTICA PROFISSIONAL CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA

REFERÊNCIA BÁSICA

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. Algumas considerações sobre ética e valor. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PERIÓDICOS

BRASIL. Ministério da Educação do. Disponível em: . Acesso em: 10 dez.2011.

75	**Pesquisa e Educação a Distância**	**30**

APRESENTAÇÃO

A relação do ensino-aprendizagem na ação didática e no contexto da Educação a Distância no Brasil; EAD e a formação profissional; Ambiente virtual / moodle: conceito, funções e uso; Redes Sociais; Letramento Digital; Inclusão digital; Inovação pedagógica a partir do currículo e da sociedade de informação; Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional; Cidadania, Ética e Valores Sociais; Pesquisas web.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Educação a distância no contexto sócio educacional em que vivemos. Analisar a importância do emprego das novas mídias e tecnologias para a formação profissional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites da educação a distância (EaD).
- Compreender as concepções de educação a distância de acordo com sua evolução histórica.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do aluno da educação a distância.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1. OS PILARES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO 2. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS IES 3. LEI Nº 5.540/68 E AS IES EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS IES 1. PAPEL DO PROFESSOR FRENTE ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 2. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS CURSOS EAD 3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM - 3.1 CIBERCULTURA OU CULTURAL DIGITAL - 3.2 O CIBERESPAÇO - 3.3 AS TIC COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - 3.4 MOODLE - 3.5 REDES E INTERNET LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL 1. INCLUSÃO DIGITAL 2. TIC E NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS 3. CIDADANIA, ÉTICA E VALORES SOCIAIS METODOLOGIA CIENTÍFICA 1. A PEQUISA E SEUS ELEMENTOS - 1.1 ETAPAS DA PESQUISA 2. CLASSIFICAÇÃO 3. MÉTODO DE PESQUISA: 4. TIPOS DE DADOS 5. FASES DO PROCESSO METODOLÓGICO 6. PESQUISA E PROCEDIMENTOS ÉTICOS 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

REFERÊNCIA BÁSICA

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. _____. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LÉVY, P. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. PAPERT, Saymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 1993. RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura – Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. RICARDO, Stella Maris Bortoni. O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

PERIÓDICOS

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1.

511	**Relação de Trabalho e Relação de Emprego**	**30**

APRESENTAÇÃO

Requisitos caracterizadores da relação de emprego: a não eventualidade, pessoalidade, onerosidade, subordinação e alteridade; Relação de trabalho autônomo, eventual, avulso, estagiário, trabalho voluntário, Emenda Constitucional 45/2004.

OBJETIVO GERAL

• Distinguir a relação de trabalho da relação de emprego e da relação de consumo, através da análise dos requisitos que identificam cada uma dessas relações jurídicas.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Definir relação de trabalho; • Estudar e conhecer os direitos fundamentais na relação de trabalho; • Pesquisar os avanços dos direitos fundamentais do trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

TEXTO I - RELAÇÃO DE TRABALHO: EM BUSCA DE UM CRITÉRIO CIENTÍFICO PARA A DEFINIÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO ABRANGIDAS PELA NOVA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESPECIALIZADA 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS 2. SERVIDORES PÚBLICOS ESTATUTÁRIOS 2.1 CONSTITUCIONALIDADE DO INCISO I DO ARTIGO 114 DA CF 2.2 RELAÇÃO DE TRABALHO OU RELAÇÃO DE DIREITO ADMINISTRATIVO 3. RELAÇÃO DE EMPREGO, RELAÇÃO DE TRABALHO OU RELAÇÃO DE CONSUMO 3.1 REQUISITOS DAS MENCIONADAS RELAÇÕES JURÍDICAS 3.1.1 PESSOA NATURAL 3.1.2 PESSOALIDADE 3.1.3 ONEROSIDADE 4. RELAÇÃO DE TRABALHO OU RELAÇÃO DE CONSUMO 4.1 CONTRATOS DE EMPREITADA E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 4.2 CONTRATOS AFINS 5. DIREITO MATERIAL APLICÁVEL TEXTO II - DIREITOS FUNDAMENTAIS NA RELAÇÃO DE TRABALHO 1. DIREITOS FUNDAMENTAIS: MATRIZES ANALÍTICAS 1.1 MATRIZES ANALÍTICAS 2. DIREITOS FUNDAMENTAIS E DEMOCRACIA 3. DIREITOS FUNDAMENTAIS E CONSTITUIÇÃO 3.1 VALORIZAÇÃO DO TRABALHO 3.2 VALORIZAÇÃO DO TRABALHO REGULADO: EMPREGO 3.3 JUSTIÇA SOCIAL 3.4 SUBMISSÃO DA PROPRIEDADE À SUA FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL 3.5 DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA 4. DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHO: ABRANGÊNCIA 5. DIREITOS FUNDAMENTAIS E RELAÇÃO DE EMPREGO: EFETIVIDADE 6. A EC Nº. 45/2004 E A AMPLIAÇÃO DA ABRANGÊNCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHO 6.1 RELAÇÃO DE TRABALHO: DELIMITAÇÃO 6.2 DIREITOS FUNDAMENTAIS PARA TODO O TRABALHO? 6.3 EXTENSÃO DE DIREITOS 7. AVANÇO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHO 7.1 DIREITOS FUNDAMENTAIS: INSTRUMENTOS DE AMPLIAÇÃO

REFERÊNCIA BÁSICA

ARRUDA, Kátia Magalhães. Direito constitucional do trabalho sua eficácia e o impacto do modelo neoliberal. São Paulo: Ltr, 1998. BARROS, Alice Monteiro de. Curso de direito do trabalho. 5. ed. São Paulo: Ltr, 2009. DELGADO, Mauricio Godinho. Curso do direito do trabalho. 9. ed. São Paulo: LTr, 2010. _____. Curso de direito do trabalho. 8. ed. São Paulo, 2009. FERNANDES, Antônio Monteiro. Direito do trabalho. 10. ed. Coimbra: Almedina. 1998. MORAES FILHO, Evaristo de. Introdução ao direito do trabalho. 4. ed. São Paulo: Ltr, 1986. NASCIMENTO, Mauri Marscaro. Iniciação ao direito do trabalho. 35. ed. São Paulo: Ltr, 2009. _____. Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho relações individuais e coletivas do trabalho. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito do trabalho. 5ª Ed. Rio de janeiro: Impetus, 2004. CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do Trabalho. 11º ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015. GRINOVER, Ada Pellegrini e outros. Código brasileiro de defesa do consumidor - Comentado pelos autores do anteprojeto. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. MARANHÃO, Délio. Direito do trabalho. 17. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1993. SÜSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNE, Segadas. Instituições de direito do trabalho. 9ª Ed. Ampliada e atual. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1984.

PERIÓDICOS

MEIRELES,Edilton. A nova Justiça do Trabalho. Competência e Procedimento.Acesso em 20 de novembro de 2012. Disponível em:. VIANA, Márcio Túlio. “As relações de trabalho sem vínculo de emprego e as novas regras de competência”, artigo publicado em Nova competência da Justiça do Trabalho. São Paulo: LTr, 2005.

508	Contrato Individual de Trabalho	30

APRESENTAÇÃO

Conceitos de empregado e empregador; Contrato Individual de Trabalho; Documentação exigida no momento da contratação; Contrato de Experiência; Mensalistas, Horistas e Comissionistas; Salário Profissional e In Natura; Descontos no Salário.

OBJETIVO GERAL

• Definição de contrato de trabalho.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Analisar a alteração de contrato de trabalho; • Explicar como ocorre a interrupção do contrato de trabalho; • Apresentar o contrato de experiência e como esse processo ocorre.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO CONCEITO NATUREZA JURÍDICA CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO DE TRABALHO SUJEITOS FORMAÇÃO CLASSIFICAÇÃO CONVERSÃO DO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO EM INDETERMINADO CIRCUNSTÂNCIAS POSSIBILITADORAS DO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO FORMAS DE RESCISÃO DO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. ALTERAÇÃO UNILATERAL. IMPOSSIBILIDADE ALTERAÇÃO CONTRATUAL PREJUDICIAL. NULIDADE. ART. 468 DA CLT. JUS RESISTENTIAE AUTORIZADO. JUSTA CAUSA NÃO CONFIGURADA. SUSPENSÃO E INTERRUPÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO CONCEITOS E FUNDAMENTOS LEGAIS CASOS DE SUSPENSÃO CASOS DE INTERRUPÇÃO SITUAÇÕES ESPECIAIS DISPENSA INJUSTIFICADA NA SUSPENSÃO OU INTERRUPÇÃO SUSPENSÃO OU INTERRUPÇÃO NOS CONTRATOS A PRAZO DETERMINADO PROCEDIMENTO DE ADMISSÃO CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL (CTPS) ANOTAÇÃO DA CTPS. PRESCRIÇÃO REGISTRO EM LIVRO EXAME MÉDICO ADMISSIONAL CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO DA ALTERAÇÃO NO LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTRATOS DE EXPERIÊNCIA ENTENDENDO O SALÁRIO REQUISITOS PARA CARACTERIZAÇÃO DO SALÁRIO “IN NATURA” UTILIDADES QUE NÃO CONFIGURAM O SALÁRIO “IN NATURA” DO USO DO VEÍCULO

REFERÊNCIA BÁSICA

ARRUDA, Kátia Magalhães. Direito constitucional do trabalho sua eficácia e o impacto do modelo neoliberal. São Paulo: Ltr, 1998. BARROS, Alice Monteiro de. Curso de direito do trabalho. 5. ed. São Paulo:Ltr, 2009. DELGADO, Mauricio Godinho. Curso do direito do trabalho. 9. ed. São Paulo: LTr, 2010. _____. Curso de direito do trabalho. 8. ed. São Paulo, 2009. FERNANDES, Antônio Monteiro. Direito do trabalho. 10. ed. Coimbra: Almedina. 1998. NASCIMENTO, Amaury Marscaro. Iniciação ao direito do trabalho. 35. ed. São Paulo: Ltr, 2009. MORAES FILHO, Evaristo de. Introdução ao direito do trabalho. 4. ed. São Paulo: Ltr, 1986. NASCIMENTO, Amaury Mascaro. Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho relações individuais e coletivas do trabalho. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

AF, Cesarino Jr e CARDONE, A. Marly. Direito Social.Vol I, 2º. Edição, Editora LTR. CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. Editora Saraiva, 2012. FILHO, E. de Moraes, e MORAES, Antonio Carlos Flores. Introdução ao Direito do Trabalho. Editora LTR. _____. Manual Esquemático de Direito e Processo do Trabalho. Editora Saraiva, 2011. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2009. MELLO, César Augusto. Compêndio de Introdução ao Direito do Trabalho. São Paulo, Editora WVC, 2003. NASCIMENTO, A.

M. Iniciação ao Direito do Trabalho. São Paulo, Editora LTR, 2003. RODRÍGUEZ, Américo Plá. Princípios de Direito do Trabalho. Editora LTr/Edusp, 1993. ZAINAGHI, Domingos Sávio. Curso de Legislação Social. São Paulo, Editora Atlas, 2003.

PERIÓDICOS

SABADINI, M. S. & NAKATANI, P. Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil. Revista Venezolana de Conyuntura, 2, jul./dez. 2002.

509	Jornada de Trabalho	45

APRESENTAÇÃO

Intervalos intra jornada; Hora Extra; Descanso Semanal remunerado; Trabalho Noturno.

OBJETIVO GERAL

• Adquirir conhecimentos para flexibilização da jornada de trabalho.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Conhecer e argumentar sobre o histórico da flexibilização das normas trabalhistas; • Discutir o conceito de banco de horas, seu histórico e regulamentação; • Ler e propor discussão sobre a excessiva jornada de trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CAPÍTULO 1 - FLEXIBILIZAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO: “BANCO DE HORAS” 1. JORNADA DE TRABALHO 1.1 CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA 1.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA 1.3 PRINCÍPIOS APLICÁVEIS 1.3.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS 1.3.2 PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO 1.3.3 PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE OU DA IRRENUNCIABILIDADE 1.3.4 PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DA REALIDADE SOBRE A FORMA 2. A FLEXIBILIZAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO 2.1 HISTÓRICO DA FLEXIBILIZAÇÃO DAS NORMAS TRABALHISTAS 2.2 LEGISLAÇÃO, FLEXIBILIZAÇÃO E DESREGULAMENTAÇÃO 2.2.1 LEGISLAÇÃO 2.2.2 FLEXIBILIZAÇÃO 2.2.3 DESREGULAMENTAÇÃO 3. “BANCO DE HORAS” 3.1 HISTÓRICO 3.2 CONCEITO 3.3 REGULAMENTAÇÃO 3.4 ACORDO INDIVIDUAL 3.5 NEGOCIAÇÃO COLETIVA 3.6 FORMA DE INSTITUIR O “BANCO DE HORAS” 3.7 JURISPRUDÊNCIA 3.8 POSICIONAMENTO DOS ORGANISMOS SINDICAIS 3.9 REQUISITOS DE VALIDADE 3.10 CONSEQUÊNCIAS DA ADOÇÃO DO “BANCO HORAS CAPÍTULO 2 - O EXCESSO DE JORNADA COMO OFENSA AO DIREITO AO LAZER 1 A NATUREZA DO DIREITO AO LAZER

REFERÊNCIA BÁSICA

BARROS, Alice Monteiro de. Curso de direito do trabalho. 5. ed. São Paulo:Ltr, 2009. DELGADO,Mauricio Godinho. Curso do direito do trabalho. 9. ed. São Paulo: LTr, 2010. _____. Curso de direito do trabalho. 8. ed. São Paulo, 2009. NASCIMENTO, Mauri Marscaro. Iniciação ao direito do trabalho. 35. ed. São Paulo: Ltr, 2009.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ABUD, Cláudia José. Jornada de Trabalho e a Compensação de Horários. 1ª Ed. São Paulo: ATLAS, 2008. CHEMIN, Beatris Francisca. Constituição & lazer: uma perspectiva do tempo livre na vida do (trabalhador) brasileiro. 1ª Ed. Curitiba: Juruá, 2005. FERRARESI, Camilo Stangherlim. O Direito ao Lazer. 1ª Ed. Porto de Ideias, 2010. LUNARDI, Alexandre. Função Social do Direito ao Lazer nas Relações de Trabalho. 1ª Ed. São Paulo: LTR, 2010. MARTINS, Sergio Pinto. Direitos Fundamentais Trabalhistas. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008. NIETZSCHE, F. Humano Demasiado Humano. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2000b. PIOVESAN, Flavia e CARVALHO, Luciana Paula Vaz de. Direitos Humanos e Direito do Trabalho. 1ª Ed. São Paulo: ATLAS, 2010. SARLET, Ingo Wolfgang. A Eficácia dos Direitos Fundamentais. 10ª Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010. ZENNI, Alessandro Severino Váller e RAFAEL, Marcia Cristina. Remuneração e Jornada de Trabalho - Temas Atuais. 1ª Ed. Curitiba: JURUÁ, 2009.

PERIÓDICOS

BRASIL. Constituição da República de 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 09/09/2010. _____. Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm. Acesso em 09/09/2010.

76	**Metodologia do Ensino Superior**	**60**

APRESENTAÇÃO

A função sociocultural do currículo na organização do planejamento: temas geradores, projetos de trabalho, áreas de conhecimento. Analise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Inovação curricular: metodologia de projetos e a interdisciplinaridade na organização curricular; Implicações didático-pedagógicas para a integração das tecnologias de informação e comunicação na educação.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar uma reflexão sobre a atuação do professor como agente de formação de cidadãos críticos e colaborativos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Aprimorar conceitos ligados a educação contemporânea;
- Reconhecer a importância do planejamento;
- Discutir o currículo escolar na educação de hoje;
- Analisar a Universidade, suas funções e as metodologias e didáticas que estão sendo empregadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DOCÊNCIA SUPERIOR — UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO FUNÇÃO DOCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA FORMAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: POSSIBILIDADES E OS LIMITES QUE COMPROMETEM UMA PRÁTICA REFLEXIVA A DIDÁTICA E O ENSINO SUPERIOR A DIDÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO/TÉCNICO/OPERACIONAL OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO QUESTÕES DE METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR – A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DA ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM O ENSINO E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO – O ENSINO DESENVOLVIMENTAL PLANO INTERIOR DAS AÇÕES PROCEDIMENTO METODOLÓGICO GERAL (EXPLICITAÇÃO) INTERNALIZAÇÃO DOS CONCEITOS REQUISITOS PARA O PLANEJAMENTO DO ENSINO ETAPAS DO PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DE GALPERIN MOMENTOS OU ETAPAS DA ATIVIDADE COGNOSCITIVA HUMANA PLANEJAMENTO DE ENSINO: PECULIARIDADES SIGNIFICATIVAS ESTRUTURA DE PLANO DE CURSO

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRÉ, Marli (org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001. (Prática Pedagógica). p. 55-68. CARVALHO, A. D. Novas metodologias em educação, Coleção Educação, São Paulo, Porto Editora, 1995. GARCIA, M. M.ª: A didática do ensino superior, Campinas, Papirus, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação Brasileira. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. GODOY: A didática do ensino superior, São Paulo, Iglu, 1998. LEITE, D., y MOROSINI, M. (orgs.): Universidade futurante: Produção do ensino e inovação, Campinas, Papirus, 1997. LIBÂNEO, José Carlos: Didática, São Paulo, Cortez, 1994. MASETTO, Marcos Tarciso (Org.) Docência na universidade. 9ª. ed. Campinas: Papirus, 2008.

PERIÓDICOS

PACHANE, Graziela Giusti. Educação superior e universidade: algumas considerações terminológicas e históricas de seu sentido e suas finalidades. In: Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006, p. 5227.

77	**Metodologia do Trabalho Científico**	**60**

APRESENTAÇÃO

A natureza do conhecimento e do método científico. Planejamento, organização e sistematização de protocolos de pesquisa. Identificação dos diferentes métodos de investigação científica. Organização do estudo e da atividade acadêmica como condição de pesquisa. A documentação como método de estudo. Estrutura, apresentação e roteiro dos trabalhos acadêmicos. A normatização da ABNT.

OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;
- Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. INTRODUÇÃO 2 CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS 2.1 O QUE É CONHECIMENTO? / 2.2 TIPOS DE CONHECIMENTOS 2.3 CONHECIMENTO EMPÍRICO / 2.4 CONHECIMENTO FILOSÓFICO 2.5 CONHECIMENTO TEOLÓGICO / 2.6 CONHECIMENTO CIENTÍFICO 3 CIÊNCIA 3.1 CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA / 3.2 DIVISÃO DA CIÊNCIA 3.3 ASPECTOS LÓGICOS DA CIÊNCIA / 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS 4 MÉTODO CIENTÍFICO 4.1 MÉTODO CIENTÍFICO E CIÊNCIA / 4.2 MÉTODO DEDUTIVO 4.3 MÉTODO INDUTIVO 5 PROJETO DE PESQUISA 5.1 O QUE OBSERVAR EM PESQUISA / 5.2 TIPOS DE PESQUISA 5.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA/ BIBLIOGRÁFICA / 5.4 PESQUISA DESCRITIVA 5.5 PESQUISA EXPERIMENTAL 6 FASES DA PESQUISA 6.1 QUANTO À ESCOLHA DO TEMA / 6.2 HIPÓTESE DE PESQUISA 6.3 OBJETIVO DE PESQUISA / 6.4 ESTUDOS QUANTITATIVOS 6.5 ESTUDOS QUALITATIVOS / 6.6 MÉTODO DE COLETA DE DADOS 6.7 FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS / 6.8 AMOSTRAGEM DE PESQUISA 6.9 ELABORAÇÃO DOS DADOS / 6.10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 6.11 RELATÓRIO DE PESQUISA 7 ARTIGO CIENTÍFICO 8 MONOGRAFIA 8.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA 8.2 DETALHANDO OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS 8.3 ELEMENTOS TEXTUAIS 8.4 REFERÊNCIAS 8.5 APÊNDICE 8.6 ANEXO 9 CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS CITAÇÕES INDIRETAS OU LIVRES CITAÇÃO DA CITAÇÃO 10 FORMATO DO TRABALHO ACADÊMICO 11 TRABALHOS ACADÊMICOS 11.1 FICHAMENTO 11.2 RESUMO 11.3 RESENHA 12 RECOMENDAÇÕES PARA EVITAR O PLÁGIO

REFERÊNCIA BÁSICA

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1993.

GALLIANO, A. G. (Org.). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harper &Row do Brasil, 1999.

KOCHE, José Carlos. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. Caxias do Sul:UCS; Porto Alegre: EST, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

LEHFEL, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

510	Periculosidade e Insalubridade	45

APRESENTAÇÃO

Portarias do Ministério do Trabalho sobre insalubridade e periculosidade; Agentes Nocivos; Caracterização e classificação da insalubridade; Limite de tolerância; adicionais de insalubridade e periculosidade; Eliminação e neutralização da insalubridade; Perícias; ação fiscalizadora; penalidades.

OBJETIVO GERAL

• Definir atividades insalubres e atividades perigosas bem como traçar paralelo entre as duas.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Reconhecer a importância do estudo da insalubridade e da periculosidade; • Argumentar sobre a necessidade da busca pela promoção da saúde no ambiente de trabalho e as medidas preventivas nas negociações coletivas; • Refletir sobre as relações de trabalho na área da saúde e da segurança no trabalho em nosso país.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

TEXTO I – DEFINIÇÕES 1. ATIVIDADES INSALUBRES 2. ATIVIDADES PERIGOSAS TEXTO II – INSALUBRIDADE X PERICULOSIDADE. A PROBLEMÁTICA DA NÃO CUMULAÇÃO 1 ADICIONAIS TRABALHISTAS 1.1 ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 2. A CUMULAÇÃO CONSIDERAÇÕES FINAIS TEXTO III – A BUSCA PELA PROMOÇÃO DA SAÚDE E PELAS MEDIDAS PREVENTIVAS NAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS 1. LIMITAÇÕES DA LEGISLAÇÃO X VIABILIDADE DE SEU CUMPRIMENTO 2. AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CAMPO DA SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO NO BRASIL 3. ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO 4. SAÚDE E PREVENÇÃO NAS NEGOCIAÇÕES E ACORDOS COLETIVOS NO BRASIL

REFERÊNCIA BÁSICA

ARRUDA, Kátia Magalhães. Direito constitucional do trabalho sua eficácia e o impacto do modelo neoliberal. São Paulo: Ltr, 1998. FERNANDES, Antônio Monteiro. Direito do trabalho. 10. ed. Coimbra: Almedina. 1998.

NASCIMENTO, Amaury Mascaro. Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho relações individuais e coletivas do trabalho. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 1992. OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Proteção Jurídica a Saúde do Trabalhador. 4. Ed. São Paulo: LTR, 2002.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

AF, Cesarino Jr e CARDONE, A. Marly. Direito Social. Vol I, 2º. Edição, Editora LTR. CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. Editora Saraiva, 2012. FILHO, E. de Moraes, e MORAES, Antonio Carlos Flores. Introdução ao Direito do Trabalho.Editora LTR. FILHO, Ives Gandra Silva Martins. Manual Esquemático de Direito e Processo do Trabalho. Editora Saraiva, 2011. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2009. MELLO, César Augusto. Compêndio de Introdução ao Direito do Trabalho. São Paulo, Editora WVC, 2003. RODRÍGUEZ, Américo Plá. Princípios de Direito do Trabalho. Editora LTr/Edusp, 1993. SALIBA, Tuffi Messias; CORRÊA, Márcia Angelim Chaves. Insalubridade e Periculosidade Aspectos Técnicos e Práticos. 6. Ed. São Paulo: LTR, 2002. ZAINAGHI, Domingos Sávio. Curso de Legislação Social. São Paulo, Editora Atlas, 2003.

PERIÓDICOS

REGO, Raquel; FREIRE. João. Segurança e saúde no trabalho: que sentido para as mudanças em curso? Revista Organização e Trabalho. Nº 25. Oeiras: Celia Editora, 2001.

514	Verbas Trabalhistas	45

APRESENTAÇÃO

Férias: Período Aquisitivo e Concessivo; Férias Coletivas; 13º Salário; Aviso Prévio; FGTS.

OBJETIVO GERAL

• Analisar sobre as férias desde a sua aquisição até a duração nos termos do ordenamento jurídico.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Estudar sobre o 13º fazendo um apanhado histórico até a forma de pagamento da gratificação; • Entender o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -FGTS; • Analisar como funciona o princípio da indisponibilidade dos direitos trabalhistas versus princípio da autonomia da vontade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CAPÍTULO 1 - FÉRIAS: AQUISIÇÃO E DURAÇÃO, NOS TERMOS DO ORDENAMENTO JURÍDICO 1. DEFINIÇÃO E NATUREZA 2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS 3. CLASSIFICAÇÃO 4. EFEITOS DA SUSPENSÃO DO TRABALHO 5. EFEITOS DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 6. REGRAS DE DURAÇÃO, DE REMUNERAÇÃO E DE PRESCRIÇÃO 7. FÉRIAS COLETIVAS CAPITULO 2 - GRATIFICAÇÃO NATALINA: 13º SALÁRIO HISTÓRICO DO PAGAMENTO EM DUAS PARCELAS DA REDUÇÃO E DA FORMA DE PAGAMENTO DA AQUISIÇÃO OU NÃO DA GRATIFICAÇÃO CAPÍTULO 3 – FGTS- FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO 1. HISTÓRICO 2. DEPÓSITO OBRIGATÓRIO 3. PENALIDADES 4. RECOLHIMENTO 5. SOLICITAÇÃO DO SAQUE 6. REALIZAÇÃO DO SAQUE 7. REGRAS PARA SAQUE CAPÍTULO 4 - A TRÍPLICE DIMENSÃO DA NATUREZA JURÍDICA DO FGTS E SUAS IMPLICAÇÕES NOS ACORDOS INDIVIDUAIS NO ÂMBITO DA JUSTIÇA DO TRABALHO 1. ASPECTOS HISTÓRICOS 2. CONCEITO E FINALIDADE DO FGTS 2.1 DEPÓSITO BANCÁRIO DESTINADO A FORMAR UMA POUPANÇA PARA O TRABALHADOR 2.2 RECURSO PARA UTILIZAÇÃO EM FINANCIAMENTO DE AQUISIÇÃO DE MORADIA PELO SFH 3. NATUREZA JURÍDICA 3.1 QUANTO AO EMPREGADO 3.2 QUANTO AO EMPREGADOR 3.3 POSICIONAMENTO DOUTRINÁRIO 4. PRINCIPIO DA INDISPONIBILIDADE DOS DIREITOS TRABALHISTAS VERSUS PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DA VONTADE 5. IMPLICAÇÕES DA NATUREZA JURÍDICA DO FGTS NOS ACORDOS INDIVIDUAIS ANEXO - LEGISLAÇÃO PERTINENTE

REFERÊNCIA BÁSICA

BARROS, Alice Monteiro de. Curso de direito do trabalho. 5. ed. São Paulo:Ltr, 2009. DELGADO, Mauricio Godinho. Curso do direito do trabalho. 9. ed. São Paulo: LTr, 2010. _____. Curso de direito do trabalho. 8. ed. São Paulo, 2009. NASCIMENTO, Mauri Marscaro. Iniciação ao direito do trabalho. 35. ed. São Paulo: Ltr, 2009.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BARRETO, Amaro. Teoria e prática de FGTS. Rio de Janeiro: Trabalhistas, 1974. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. São Paulo: Saraiva, 2007. _____.Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-Lei n. 5.452de 1° de Maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. _____. Lei n. 8.036 de 11 de Maio 1990. Dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e dá outras providências. CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do Trabalho. 2ª ed. Niterói: Impetus, 2008. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. 24ª ed. São Paulo: Atlas, 2008. RODRIGUEZ, Américo Plá. Princípios de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 1978

PERIÓDICOS

CABRAL, Ana Rita Nascimento. A Teoria do Fato Gerador. Revista Jurídica da FA7. Fortaleza, V. 5, n.1, p. 277-286, Abr. 2008.

512	Rescisão Contratual	45

APRESENTAÇÃO

Rescisão do Contrato de Trabalho: por justa causa; Rescisão do Contrato de Trabalho: sem justa causa.

OBJETIVO GERAL

• Adquirir conhecimentos sobre a dispensa por justa causa e a dispensa sem justa causa e suas prerrogativas legais.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Conceituar improbidade, incontinência de conduta, mau procedimento e desídia; • Descrever os critérios adotados para a dispensa por justa causa; • Pesquisar sobre a rescisão de contrato de trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CAPÍTULO 1 - DISPENSA POR JUSTA CAUSA: IMPROBIDADE, INCONTINÊNCIA DE CONDUTA, MAU PROCEDIMENTO E DESÍDIA 1. JUSTA CAUSA 2. IMPROBIDADE 3. INCONTINÊNCIA DE CONDUTA E MAU PROCEDIMENTO 4. DESÍDIA CAPÍTULO 2 - DISPENSA POR JUSTA CAUSA ALCOOLISMO: EMBRIAGUEZ HABITUAL OU EVENTUAL DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA EMBARGOS. JUSTA CAUSA. ALCOOLISMO CRÔNICO. ART. 482, F, DA CLT EMBRIAGUEZ EVENTUAL CAPÍTULO 3 - DISPENSA POR JUSTA CAUSA POR PRÁTICA CONSTANTE DE JOGOS DE AZAR CAPÍTULO 4 - VERBAS RESCISÓRIAS A SEREM RECEBIDAS NO MOMENTO DA RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO RESCISÃO DE CONTRATO POR JUSTA CAUSA RESCISÃO INDIRETA RESCISÃO POR CULPA RECÍPROCA VERBAS TRABALHISTAS DEVIDAS NOS DIVERSOS TIPOS DE RESCISÃO CONTRATUAL RESCISÃO POR TÉRMINO DO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA RESCISÃO ANTECIPADA DO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA INICIATIVA DO EMPREGADO RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PEDIDO DE DEMISSÃO RESCISÃO DO CONTRATO SEM JUSTA CAUSA RESCISÃO DO CONTRATO DO EMPREGADO POR JUSTA CAUSA RESCISÃO DO CONTRATO DO EMPREGADO COM MENOS DE UM ANO DE SERVIÇO RESCISÃO DO CONTRATO DO EMPREGADO COM MENOS DE UM ANO DE SERVIÇO RESCISÃO DO CONTRATO DO EMPREGADO COM MAIS DE UM ANO DE SERVIÇO RESCISÃO INDIRETA RESCISÃO DO CONTRATO DO EMPREGADO COM MENOS DE UM ANO DE SERVIÇO

REFERÊNCIA BÁSICA

BATALHA, Wilson de S.C; NETTO, Sílvia Marina L. B. de R. Rescisão Contratual Trabalhista: despedida arbitrária individual / coletiva. 2 ed. São Paulo: LTr, 1997. CORTEZ, JulpianoChavez. Manual das Rescisões Trabalhistas. 2 ed. São Paulo: LTr, 1994. FORMICA, Gualdo Amaury. Curso de Atividades do Departamento do Pessoal. 2 ed. São

Paulo: LTr, 1997. FÜHRER, Maximilianus Cláudio A.; FÜHRER, Maximilianus Roberto E. Resumo de Direito do Trabalho. 5 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2001. MELO, Neuza Vaz G. de. Manual do Empregador: direito do trabalho. Goiânia: AB, 1996. MORAES FILHO, Evaristo de. A Justa Causa na Rescisão do Contrato de Trabalho. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho. 32 ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2007. DALLEGRAVE NETO, José Affonso. VIANNA, Cláudia Salles Vilela. Rescisão do contrato de trabalho: doutrina e prática. São Paulo: LTr, 2001. DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. 2 ed. São Paulo: LTr, 2003. FURTADO, Emmanuel Teófilo. Terminação do contrato de trabalho. São Paulo: LTr, 1997. GIGLIO, Wagner D. Justa causa. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 1996. GONÇALES, Odonel Urbano. Curso de direito do trabalho. São Paulo: Atlas, 1993. MARANHÃO, Délio. CARVALHO, Luiz Inácio Barbosa. Direito do trabalho. 17 ed. 1993. MARTINS, Sérgio Pinto. Comentários à CLT. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2003. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1984. OLIVEIRA, Aristeu de. Rescisão do contrato de trabalho: manual prático. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2001. PRUNES, José Luiz Ferreira. Justa causa e despedida indireta. Curitiba: Juruá, 1994. p. 20. SOUZA, Marco Antonio Scheuer de. O dano moral nas relações entre empregados e empregadores. Erechim: Edelbra, 1998. SUSSEKIND, Arnaldo. Instituições de direito do trabalho. 21 ed. atual. São Paulo: LTr, 2003.

PERIÓDICOS

COAD. Agenda Tributária e tabelas práticas. Disponível em: acesso em 24 de maio de 2007. INFORMARE. Agenda Tributária e tabelas Práticas. Disponível em: acesso em 24 de maio de 2007.

513	Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho	45

APRESENTAÇÃO

Princípios básicos de saúde pessoal; Legislação sobre segurança e saúde no trabalho; Higiene no Trabalho; Condições Ambientais no trabalho; Programas de Bem-esta; Qualidade de Vida no Trabalho.

OBJETIVO GERAL

• Demonstrar conhecimentos sobre os princípios básicos de saúda pessoal.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Analisar a legislação sobre segurança e saúde no trabalho; • Listar as principais doenças relacionadas ao trabalho; • Investigar as principais causas de acidente de trabalho; • Conhecer os determinantes de satisfação do trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

TEXTO I – PRINCÍPIOS BÁSICOS DE SAÚDE PESSOAL 1. A PERSPECTIVA DE UMA CONCEITUAÇÃO DA QVT: ORIGEM E EVOLUÇÃO 2. A qualidade de vida no trabalho (QVT) e o ambiente organizacional Considerações finais TEXTO II – acidente do trabalho NBR 14280- Cadastro de Acidente de trabalho Lei n°8213, 24 de julho de 1991 ACIDENTE DE TRABALHO ACIDENTES>>>>DOENÇAS DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO O QUE MAIS É CONSIDERADO Acidente de trabalho? PECULIARIDADES COMUNICAÇÃO E ACIDENTE DO TRABALHO- CAT CAUSAS DOS ACIDENTES DE TRABALHO INVESTIGAÇÃO DAS CAUSAS DOS ACIDENTES DO TRABALHO TEXTO III LEGISLAÇÃO SOBRE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO 1. Normas gerais de segurança na CLT 1. Órgãos de segurança e medicina nas empresas 2. Comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA) 3. Equipamento de proteção individual (EPI) 4. Exame médico 5. Edificações 6. Iluminação 7. Conforto térmico 8. Instalações elétricas 9. Movimentação de cargas 10. Máquinas e equipamentos 11. Caldeiras e equipamentos sob pressão 12. Aspectos psicofisiológicos 13. Proteção contra incêndio 14. Instalações sanitárias 15. Sinalização de segurança 16. Fiscalização TEXTO IV –Satisfação no trabalho Metodologia Resultados CONCEPÇÕES DA SATISFAÇÃO NO TRABALHO Determinantes da satisfação no trabalho CONSEQUÊNCIAS da satisfação e da insatisfação no trabalho

REFERÊNCIA BÁSICA

CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. Editora Saraiva, 2012. Coordenação e Supervisão da Equipe Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho. Manuais de Legislação Atlas. 61ª ed. 2007. ISBN 978-85-224-4815-9 FERNANDES, Eda C. Qualidade de Vida no Trabalho: como medir para melhorar. Salvador, BA: Casa da Qualidade, 1996. RODRIGUES, Marcus Vinicius Carvalho. Qualidade de vida no trabalho: evolução e análise no nível gerencial. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

AF, Cesarino Jr e CARDONE, A. Marly. Direito Social. Vol I, 2º. Edição, Editora LTR. FILHO, E. de Moraes, e MORAES, Antonio Carlos Flores. Introdução ao Direito do Trabalho. Editora LTR. FILHO, Ives Gandra Silva Martins. Manual Esquemático de Direito e Processo do Trabalho. Editora Saraiva, 2011. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2009. MELLO, César Augusto. Compêndio de Introdução ao Direito do Trabalho. São Paulo, Editora WVC, 2003. NASCIMENTO, A. M. Iniciação ao Direito do Trabalho. São Paulo, Editora LTR, 2003. RODRÍGUEZ, Américo Plá. Princípios de Direito do Trabalho. Editora LTr/Edusp, 1993. ZAINAGHI, Domingos Sávio. Curso de Legislação Social. São Paulo, Editora Atlas, 2003.

PERIÓDICOS

GOMEZ, CARLOS MINAYO;LACAZ, FRANCISCO ANTONIO DE CASTRO. SAÚDE DO TRABALHADOR: NOVAS-VELHAS QUESTÕES. Disponível em: . Acesso em 28 de novembro de 2012.

20	**Trabalho de Conclusão de Curso**	**30**

APRESENTAÇÃO

Orientação específica para o desenvolvimento dos projetos de conclusão de curso. Elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO GERAL

Pesquisar e dissertar sobre um tema relacionado à sua formação no curso de pós-graduação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Construir, mediante a orientação de um docente, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento das etapas necessárias.
- Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO; CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA (PROJETO DE TCC); 2. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER EMPREGADA NO ESTUDO; 3. MONTAGEM DO PROJETO DE TCC; 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO; 5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS; 6. REDAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS; 7. MONTAGEM FINAL DO TCC; 8. APRESENTAÇÃO DO TCC; 9. AVALIAÇÃO DO TCC; 10. CORREÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.

REFERÊNCIA BÁSICA

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: ATLAS, 1988.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997 SÁ, Elizabeth S. (Coord.). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O especialista em Direito do Trabalho estará habilitado para a resolução e orientação de situações laborais, para a vida acadêmica e para a pesquisa jurídica.